

**MOVIMENTOS FEMINISTAS PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO SABER:  
REFLEXÕES SOBRE AS MULHERES NA PRODUÇÃO DO  
CONHECIMENTO**

**FEMINIST MOVEMENTS FOR THE DEMOCRATIZATION OF KNOWLEDGE:  
REFLECTIONS ON WOMEN IN KNOWLEDGE PRODUCTION**

Recebido em: 01/08/2023

Reenviado em: 29/10/2024

Aceito em: 11/11/2024

Publicado em: 29/12/2024

Maria Eduarda Batu Abreu<sup>1</sup> 

Alana Taise Castro Sartori<sup>2</sup> 

**Resumo:** A pesquisa aborda a temática da democratização do saber, delimitando-se nas contribuições do movimento feminista para a inserção das mulheres nos espaços de produção de conhecimento. Sabe-se que, historicamente, as mulheres tiveram sua participação afastada do espaço público, o que não apenas representou uma barreira para a conquista de seus direitos, mas também significou o esquecimento de práticas culturais e de conhecimento que foram por elas construídas. Assim, o problema central dessa pesquisa pode ser definido como: quais as contribuições do movimento feminista para a inserção das mulheres nos espaços de produção de conhecimento? O objetivo do estudo é analisar as contribuições do movimento feminista para a inserção das mulheres nos espaços de produção de conhecimento, relacionando-as com o processo de democratização do saber. A metodologia utilizada é analítico-interpretativa, com procedimento bibliográfico em fontes indiretas, principalmente, em obras científicas escritas por mulheres. A resposta alcançada pelo estudo é de que o movimento feminista contribuiu significativamente para a inserção das mulheres no campo da produção do conhecimento, pois, a partir dele, as mulheres iniciaram suas reivindicações acerca de sua participação na vida pública.

**Palavras-chave:** Democratização do saber; Movimento Feminista; Mulheres; Produção de Conhecimento.

**Abstract:** The research addresses the theme of the democratization of knowledge, delimiting itself in the contributions of the feminist movement for the insertion of women in the spaces of knowledge production. It is known that, historically, women have had their participation removed from the public space, which not only represented a barrier to the conquest of their rights, but also meant the forgetting of cultural and knowledge practices that were built by them. Thus, the central problem of this research can be defined as: what are the contributions of the feminist movement to the insertion of women in knowledge production spaces? The objective of the study is to analyze the contributions of the feminist movement to the insertion of women in the spaces of knowledge production, relating them to the process of democratization of knowledge. The methodology used is analytical-interpretative, with bibliographic procedure in indirect sources, mainly in scientific works written by women. The answer reached by the study is that the feminist movement contributed significantly to the insertion of women in the field of knowledge production, because, from it, women began their claims about their participation in public life.

**Keyword:** Democratization of knowledge; Feminist movement; Women; Knowledge production.

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa aborda a temática da democratização do saber, delimitando-se nas

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Direito na Universidade de Cruz Alta. E-mail: marieduardababreu@gmail.com

<sup>2</sup> Mestre em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, campus de Santo Ângelo. Professora do curso de graduação em Direito da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ. Advogada. E-mail: alasartori@unicruz.edu.br

contribuições do movimento feminista para a inserção das mulheres nos espaços de produção de conhecimento. Sabe-se que, historicamente, as mulheres tiveram sua participação afastada do espaço público, o que não apenas representou uma barreira para a conquista de seus direitos, mas também significou o esquecimento de práticas culturais e de conhecimento que foram por elas construídas.

Discutir a importância da mulher na produção de conhecimento é essencial para a promoção da igualdade de gênero e o avanço do conhecimento científico. Ao longo da história, as mulheres têm sido sub-representadas nesse campo, enfrentando desafios e obstáculos que limitam sua participação plena. Ao abrir espaço para a participação feminina na pesquisa, expandem-se as possibilidades de descobertas e avanços alcançados em diversas áreas. Desse modo, reconhecer e promover a contribuição das mulheres é fundamental para abrigar a ciência e construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

Assim, o problema central dessa pesquisa pode ser definido como: quais as contribuições dos movimentos feministas para a inserção das mulheres nos espaços de produção de conhecimento? O objetivo do estudo é analisar as contribuições dos movimentos feministas para a inserção das mulheres nos espaços de produção de conhecimento, relacionando-as com um processo de democratização do saber.

A pesquisa se subdivide em três tópicos. No primeiro momento, aborda-se a problemática do medievo e da caça às bruxas, evidenciando o processo de manipulação do saber pela cultura patriarcal neste período. No segundo momento da pesquisa explora-se a estruturação do sistema patriarcal e seus impactos sobre a forma de produzir conhecimento na modernidade e na contemporaneidade. E, por fim, no terceiro e último momento do estudo, são analisadas e interpretadas as contribuições dos movimentos feministas para a democratização do saber, a partir da inserção das mulheres nos espaços de produção de conhecimento e do resgate de seus saberes historicamente marginalizados.

## **IMPACTOS DA ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PATRIARCAL NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO**

O conceito de patriarcado ao longo do desenvolvimento da Teoria Política Feminista, ganhou diversos significados. A partir do aprofundamento neste conceito, tornou-se possível amplificar as pesquisas em torno da opressão contra as mulheres e explicar de que maneira a

violência se estrutura na sociedade como um todo. O sistema patriarcal, sob esta ótica, reside no apelo à natureza e a alegação de que a função natural das mulheres é a subordinação (SAFIOTTI, 2014).

Caracteriza-se, então, o termo patriarcado como uma espécie de poder político, poder este que restringe o direito das mulheres, pois concede aos homens a permissão de dominar e oprimir os corpos e as vidas das mulheres. Assim, patriarcado, “como o próprio nome indica, é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens” (SAFIOTTI, 2015, p. 47).

De acordo com estudos específicos em relação ao conceito desse sistema, o patriarcado seria uma forma de instituição que realiza uma divisão sexista, organizando a sociedade em uma hierarquia. Para Millet, “o patriarcado é uma ideologia dominante que não admite rival; talvez nenhum outro sistema tenha exercido um controle tão completo sobre seus súditos” (MILLET, 2017). Saffioti (2015), afirma que o patriarcado não é uma relação privada, mas civil, que oferece aos homens direitos sexuais sobre as mulheres.

Além disso, Saffioti (2015) afirma que o patriarcado invade todos os espaços da sociedade, representando uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência. Desta forma, afirma a teórica, com a manutenção e preservação do patriarcado, a banalização da violência contra a mulher se torna uma consequência. Nesse sentido, os homens se relacionam de forma hierárquica e determinam o controle sobre as mulheres.

Embora a estrutura patriarcal tenha se desenvolvido ao longo dos anos, deve-se ter em mente que a dominação masculina é algo estrutural, e o homem é o agente do patriarcado. Pensar o patriarcado enquanto um sistema estrutural implica refletir acerca de suas múltiplas manifestações em diferentes campos da vida pública. Um destes campos é o da produção de conhecimento.

Em *Filosofia Feminista*, a filósofa e teóloga feminista Ivone Gebara, revela que desde a antiguidade greco-romana, os filósofos que moldaram o pensamento ocidental moderno e contemporâneo apropriavam-se do conhecimento tradicional construído pelas mulheres, com base em sua fisiologia e nas experiências da natureza, ressignificando experiências femininas e importando-as como produtos masculinos. Um exemplo pode ser observado a partir da noção de que aos homens cabia a função de *parir* ideias, cabendo às mulheres o parto de novos seres humanos para servirem às ideias dos homens:

É bem sabido que Sócrates criou o método de parturição das ideias inspirado no parto físico

vivido pelas mulheres. Trata-se da célebre maiêutica socrática, inspirada no ofício de sua mãe, que era parteira. Assim, ele se dizia parteiro das ideias e, sem dúvidas, parir ideias era uma atividade mais importante do que parir materialmente seres humanos (GEBARA, 2017, p. 17).

Nesse sentido, desde a antiguidade, a tarefa de produzir conhecimento se vinculava ao sexo masculino, evidenciando a estrutura patriarcal nas formas de produção do saber. A tarefa de produzir conhecimento não é apenas importante, como também é essencial para determinar quais serão as ideias que dominarão a arena pública e, portanto, serão responsáveis por guiar a ação humana. Gebara (2017) evidencia que esse conhecimento e forma de pensar oriundos do período greco-romano influenciaram processos de violência e dominação na modernidade e na contemporaneidade. Isso porque se trata de ideais relacionados a uma prática sociocultural de dominação e de constituição hierárquica das relações humanas, tendo o homem como sujeito dominador e a mulher como sujeito dominado. Em última análise, se a história do saber humano ocidental se constituiu com base em uma estrutura patriarcal, é possível interpretar que processos históricos de extrema violência, como as *colonizações*, as grandes guerras e a devastação ambiental são produtos dessa mesma racionalidade masculinizada.

Na mesma linha de raciocínio, Riane Eisler (2007), ao realizar estudos antropológicos com base em vestígios arqueológicos de civilizações antigas, teorizou acerca do importante papel das mulheres nas sociedades originárias, como detentoras do saber. Para a autora, originariamente as mulheres participavam do centro da produção do conhecimento das antigas sociedades, e, por esse motivo, diversos vestígios arqueológicos evidenciam a adoração às deusas femininas, e não aos deuses masculinos. Segundo seus estudos, as mulheres participavam ativamente da vida pública e construíam uma sabedoria ancestral, baseada no cuidado e na igualdade das relações entre os seres humanos, pois participavam ativamente do processo biológico da perpetuação da espécie.

Também, a partir de seus próprios corpos, as mulheres aprenderam e ensinaram sobre a natureza, sobre os processos biológicos da passagem das estações, do nascimento, amadurecimento, envelhecimento e morte (EISLER, 2007). Assim, conclui-se que, originariamente, o saber feminino se manifestava como uma *racionalidade ecológica*, no sentido de que o conhecimento não era utilizado para dominar e escravizar, mas sim para proporcionar melhores condições de vida para todas as pessoas de uma mesma sociedade.

Contudo, a partir do período do quinto milênio a.C., a arqueologia revela que ocorreu uma

mudança exponencial no modo de vida das pessoas, que deixaram de se organizar em tribos e clãs e passaram a constituir verdadeiros impérios. Nesses processos de crescimento das sociedades, marcas de devastação ambiental e étnica foram registradas. O ponto em comum a esses acontecimentos devastadores “*é o modelo dominador de organização social: um sistema social onde a regra é a dominação masculina, a violência masculina e uma estrutura social hierárquica e autoritária*” (EISLER, 2007, p. 92, grifo próprio).

Portanto, a partir do quinto milênio a.C., o espaço público foi ocupado pelos homens, e as mulheres foram direcionadas para a ocupação do espaço privado, alheias à campos como a política, a cultura ou a própria produção do conhecimento. Os homens se apropriaram dos saberes até então produzidos e constituirá, sobre eles, novas formas de conhecimento, aliadas com ideais imperialistas, nacionalistas e patriarcais. Isso representou a instauração de uma nova *racionalidade dominadora*, ou seja, uma forma de pensar hierárquica, autoritária e violenta, baseada no imperativo da conquista, da manipulação e da dominação (CERVI; CERVI; HAHN, 2020).

É importante delimitar que a abordagem não trata de condenar o pensamento dos homens, delegando a ele a exclusiva responsabilidade por acontecimentos degradantes durante a história humana. O que se revela é que a forma de pensar e de produzir conhecimento estruturado sobre os pilares de uma cultura patriarcal são, em sua essência, violenta e, portanto, produzem resultados violentos. Um dos resultados mais violentos desse pensamento foi a dominação e degradação das mulheres, que, além de privadas do campo do saber, foram perseguidas, domesticadas, instrumentalizadas para fins de reprodução e subserviência. Uma das ocorrências mais violentas, nesse sentido, foi a caça às bruxas na Idade Medieval. Também foi a ocorrência que, por definitivo, excluiu as mulheres dos espaços de produção do saber.

## **A CAÇA ÀS BRUXAS COMO PROCESSO DE AFASTAMENTO DEFINITIVO DAS MULHERES DO CAMPO DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO**

Durante os períodos medieval e moderno, a Inquisição foi um movimento político-religioso que se justificou como uma luta contra o diabo. No entanto, essa iniciativa promoveu uma perseguição indiscriminada e intolerante à diversidade de opiniões e crenças. O objetivo era estruturar uma sociedade cristã coesa e bem-ordenada que se submetesse aos caprichos e abusos de uma minoria eclesiástica (BAIGENT; LEIGH, 2001).

O processo inquisitório desempenhou um papel central na operação da Inquisição,

funcionando como uma ferramenta eficaz para a perseguição e punição daqueles considerados inimigos da Igreja. Esse sistema jurídico, marcado pela ausência de direitos fundamentais para os acusados, permitiu a imposição de um controle social rígido e a disseminação do medo, com o claro objetivo de consolidar o poder e a dominação sobre a população. Além de combater heresias, a Inquisição serviu como instrumento para silenciar vozes dissonantes, reforçando a autoridade religiosa e política da época.

No contexto histórico da Inquisição, a bruxaria era vista como uma prática que desafiava a ordem religiosa e moral estabelecida pela Igreja e pelo Estado. A bruxaria, naquele período, referia-se a um conjunto de atividades consideradas heréticas, envolvendo supostos pactos com o demônio, feitiçaria, adivinhação e a utilização de poderes sobrenaturais para causar danos a outras pessoas. A crença na bruxaria estava profundamente ligada à visão religiosa medieval, que enxergava o mundo em termos de uma batalha constante entre as forças divinas e malignas (RUSSEL; ALEXANDER, 2019).

A perseguição à bruxaria era, portanto, justificada pelo medo de que essas práticas ameaçassem não só a fé cristã, mas também a estabilidade social e política. Mulheres eram as principais acusadas de bruxaria, uma vez que, devido a construções culturais de gênero, associava-se a figura feminina a uma maior vulnerabilidade à influência demoníaca. Essas crenças reforçam a misoginia presente na sociedade, e a demonização das mulheres como bruxas consolidava o controle sobre seus corpos e suas práticas sociais.

Durante o período da Inquisição e em outras épocas de caça às bruxas, muitas mulheres que eram acusadas de bruxaria se destacavam na sociedade como curandeiras e parteiras, utilizando conhecimentos de ervas e remédios naturais para curar doenças. Embora esse conhecimento fosse valorizado em sociedades anteriores à Inquisição, a ascensão da Igreja Católica trouxe uma nova perspectiva, na qual qualquer forma de cura que não fosse aprovada pela medicina religiosa passou a ser vista com desconfiança (FREDERICI, 2017).

As curandeiras, muitas vezes, herdaram tradições de cura de gerações passadas, utilizando plantas medicinais e práticas espirituais. Embora fossem respeitadas em suas comunidades, sua posição tornava-as vulneráveis a acusações de bruxaria, especialmente em tempos de crise, como epidemias. Além disso, mulheres que demonstravam inteligência, autonomia e habilidades consideradas "não convencionais" frequentemente se tornavam alvo de suspeitas. Isso incluía aquelas que eram educadas ou que desafiavam as normas sociais de gênero, afastando-se dos papéis

tradicionais de esposa e mãe (FREDERICI, 2017).

O controle social sobre as mulheres exigia conformidade, e qualquer desvio dessas expectativas era visto como uma ameaça à ordem estabelecida. A acusação de bruxaria servia, assim, para silenciar essas vozes e restaurar a ordem patriarcal. A figura da bruxa foi associada à malignidade e à rebeldia, estigmatizando essas mulheres e apresentando-as como seres maléficos que ameaçavam a moralidade da sociedade. As representações artísticas da época retratavam as bruxas de maneira grotesca, reforçando a ideia de que eram encarnações do mal, o que justificava a violência e a repressão que sofriam (FREDERICI, 2017).

Durante o processo inquisitorial, as mulheres foram as mais perseguidas e assassinadas, em grande parte devido ao interesse em destituir seu poder na sociedade. Com a reestruturação da Europa no início do capitalismo, os meios de sobrevivência das mulheres foram destruídos, tornando-as vulneráveis e dependentes dos homens. Esse processo de degradação social levou à perda de controle e autonomia em todas as áreas da vida social, tornando-as alvos fáceis do tribunal inquisitorial. A desvalorização e a privação da autonomia das mulheres em relação aos homens foram resultadas diretamente desse processo (FREDERICI, 2017).

Devido ao seu papel na reprodução, as mulheres eram vistas como tendo uma compreensão singular dos segredos da natureza, capazes de conceder vida ou morte e de descobrir as propriedades ocultas das coisas. Essa percepção as torna alvos na tentativa capitalista de construir uma concepção de mundo mais mecanizada. Assim, a contracepção foi criminalizada e as mulheres foram privadas do conhecimento de métodos eficazes de controle de natalidade, levando a uma maior dependência dos homens e a uma perda de autonomia em relação à sua própria saúde e reprodução. Essa criminalização também contribuiu para a marginalização das mulheres na esfera pública e para a manutenção de uma hierarquia de gênero que favorecia os homens e limitava as oportunidades das mulheres (RUSSELL; ALEXANDER, 2019).

Como resultado, a cultura popular passou a retratar as mulheres como bruxas, associando-as a forças malignas e a práticas sobrenaturais, levando ao aumento da perseguição e da violência contra elas durante o período da Inquisição. A demonização das mulheres permitiu que a sociedade justificasse a opressão e a perseguição contra elas, com a suposta finalidade de proteger a ordem social e a pureza religiosa (FREDERICI, 2017).

A perseguição às mulheres acusadas de bruxaria não se restringiu apenas a uma questão de controle da sexualidade feminina, mas também estava ligada à destruição de conhecimentos

tradicionalis que as mulheres possuía sobre a natureza e a cura, que eram vistos como uma ameaça à visão de mundo mecanicista e racionalista que estava sendo imposta na época. Essa demonização da sexualidade feminina e da magia feminina foi uma estratégia utilizada pela Igreja e pelo Estado para justificar a perseguição e a morte de mulheres que não se adequaram aos padrões estabelecidos pela sociedade patriarcal e capitalista da época (FREDERICI, 2017).

Dentre todas as místicas envoltas ao redor da bruxa, como as características mais grotescas e pejorativas, observa-se também diversas críticas atreladas a sua sexualidade. A sexualidade das mulheres era vista como algo que deveria ser controlado e reprimido pela Igreja e pelo Estado, e as mulheres que desafiavam essas normas eram consideradas perigosas e ameaçadoras (FREDERICI, 2017).

Além disso, a acusação de imoralidade sexual também era uma forma de desacreditar as mulheres e justificar a violência e opressão que sofriam. As mulheres que desafiavam o papel que lhes era atribuído na sociedade eram frequentemente rotuladas como bruxas e punidas por isso. Essa repressão sexual e social das mulheres é um exemplo claro do poder patriarcal que controlava a vida das mulheres naquela época (FREDERICI, 2017).

A caça às bruxas teve um impacto profundo na vida das mulheres e na sociedade em geral. Além das vidas perdidas de mulheres inocentes, a caça às bruxas foi um meio de controlar e restringir as mulheres, privando-as de seus direitos e conhecimentos. O processo de caça às bruxas ajudou a consolidar a posição inferior das mulheres na sociedade, reforçando o patriarcado e a subjugação feminina (FREDERICI, 2017).

As práticas femininas foram desvalorizadas e consideradas supersticiosas ou diabólicas, enquanto a ciência e a razão foram favorecidas, permitindo que os homens se estabelecessem como os únicos detentores do conhecimento legítimo. A perda de práticas coletivas e sistemas de conhecimento das mulheres contribuiu para a alienação e isolamento das mulheres, reforçando ainda mais a dominação masculina (FREDERICI, 2017).

Assim, a caça às bruxas pode ser vista como um evento significativo na história das mulheres e um exemplo de como o poder e o controle masculino foram estabelecidos e mantidos ao longo do tempo.

A caça às bruxas contribuiu para a construção da imagem da mulher como ser demoníaco e perigoso, que precisava ser controlado e subjugado pelos homens. Essa visão reforçou a ideia de que as mulheres eram naturalmente inferiores e incapazes de pensar por si mesmas, além de

perpetuar a desigualdade de gênero na sociedade. O processo de caça induziu os homens a temer as mulheres e até mesmo a vê-las como destruidoras do sexo masculino. A figura da bruxa se tornou um arquétipo do mal, uma imagem que persiste até hoje em muitas culturas, e que permitiu que a cultura patriarcal persistisse na passagem do medievo para a era moderna e contemporânea (FREDERICI, 2017).

Foram necessárias diversas intervenções sociais, principalmente, por intermédio do Movimento Feminista, para que o arquétipo da bruxa fosse superado, sendo que, mesmo no Século XXI, ele ainda persiste como instrumento de afastamento das mulheres da vida pública.

Assim, é na contemporaneidade que as mulheres ressurgem na vida pública com representatividade singular em relação às eras passadas, mas ainda frágil em relação à representatividade dos homens. Um dos campos da vida pública que é gradualmente ocupado pelas mulheres é o da produção de conhecimento. E é nesse sentido, que no próximo momento da pesquisa será abordado o Movimento Feminista como prática de democratização do saber a partir da inserção das mulheres no campo da produção do conhecimento.

## **FEMINISMO EM MOVIMENTO: ANÁLISE DAS QUATRO ONDAS DE LUTA POR DIREITOS**

A partir do século XIX, surgiram de forma mais expressiva as primeiras reivindicações das mulheres nos EUA e na Europa. No entanto, antes disso, já haviam ocorrido movimentos por direitos, realizados por mulheres ou outros grupos oprimidos. Nesse período, as mulheres começaram a se organizar, em um processo comparado a ondas, alternando momentos de calma e submissão com ondas fortes e poderosas, como demonstrado nas lutas e conquistas do movimento feminista (SIQUEIRA; BUSSINGUER, 2020).

Esses momentos são considerados grandiosos, conforme menciona Mariana Coelho (2002, p. 44): "quero sugerir a existência de pelo menos quatro momentos áureos na história do feminismo", que se manifestam em quatro ondas importantes, cada uma refletindo o contexto histórico em que ocorreu.

A primeira onda do feminismo, que emergiu no século XIX, concentrou-se na busca de direitos que assegurassem a igualdade entre mulheres e homens. As feministas desse período sustentavam que tal igualdade poderia ser alcançada por meio da educação e da promoção de relações mais equitativas no âmbito do casamento. Embora a luta pelos direitos das mulheres tenha raízes que

remontam ao Renascimento, foi com a chegada da Modernidade que um movimento reivindicatório se intensificou, provocando mudanças significativas nos paradigmas de pensamento (DUARTE, 2003).

Nesse contexto, as mulheres começaram a desafiar as concepções tradicionais, apresentando propostas inovadoras nas esferas educacional, social e política. Os direitos que antes eram restritos aos homens passaram a ser questionados e reavaliados. As mulheres exigiam não apenas acesso à educação, mas também a participação ativa nos âmbitos político e público, contestando normas que limitavam sua autonomia e oportunidades (DUARTE, 2003).

Esse primeiro movimento foi crucial para o desenvolvimento de uma consciência coletiva entre as mulheres, estabelecendo as bases para futuras lutas por direitos e igualdade. As reivindicações dessa época foram fundamentais para iniciar um diálogo que, até os dias atuais, continua a ser relevante na busca por equidade de gênero.

A segunda onda do feminismo ocorreu entre as décadas de 1960 e 1980, em um período no qual muitas conquistas de direitos já haviam sido alcançadas em diversos países. No entanto, a igualdade reconhecida formalmente não se refletia na realidade cotidiana das mulheres. Apesar de serem consideradas iguais aos homens perante a lei, as mulheres continuavam a enfrentar múltiplas formas de discriminação e opressão, o que levou o movimento a se dedicar à compreensão das raízes dessa persistente submissão (CAMPOI, 2011).

Nesse contexto, emergiram questionamentos profundos acerca da natureza da feminilidade e da identidade feminina. A sociedade começou a indagar se as mulheres seriam, por natureza, inferiores aos homens, o que poderia explicar as dificuldades em se alcançar a igualdade na prática. Esse questionamento impulsionou uma reflexão crítica sobre o significado de ser mulher, desafiando as normas e expectativas sociais que restringiam as experiências femininas (CAMPOI, 2011).

Nesse debate, três pensadoras se destacaram e contribuíram de maneira significativa para a evolução do pensamento feminista: Simone de Beauvoir, Carol Hanisch e Betty Friedan.

Simone de Beauvoir foi uma filósofa francesa cujas reflexões em "O Segundo Sexo" (1949) impactaram profundamente o movimento feminista. O livro analisa a condição feminina e levanta a questão central: o que significa ser mulher? Beauvoir investiga se a essência feminina é inata ou uma construção social (DUARTE, 2006).

Ela argumenta que as mulheres foram historicamente definidas em relação aos homens, que ocupam a posição de "sujeito", enquanto as mulheres são vistas como "outro". Essa dinâmica,

marcada pelo egocentrismo masculino, perpetua a opressão feminina e limita sua autonomia (DUARTE, 2006).

A filósofa também desafia a noção de que as mulheres são naturalmente inferiores, propondo que essa ideia é um produto de uma sociedade patriarcal. Sua famosa afirmação "não se nasce mulher, torna-se mulher" sintetiza sua visão de que a identidade feminina é moldada por fatores culturais e sociais, não biológicos.

As reflexões de Beauvoir permanecem essenciais para a compreensão das questões de gênero, servindo como ponto de partida para o pensamento feminista contemporâneo e inspirando novas gerações a redefinir o que significa ser mulher em um mundo ainda marcado pela desigualdade de gênero.

Betty Friedan foi uma autora e ativista americana, conhecida por sua obra seminal "A Mística Feminina", publicada nos anos 1960. Este livro se tornou um best-seller e desempenhou um papel crucial na segunda onda do feminismo, ao expor as limitações impostas às mulheres na sociedade americana daquela época. Durante as décadas de 1960 e 1970, as mulheres eram frequentemente rotuladas como cuidadoras do lar e donas de casa, ocupando uma posição secundária em relação aos homens (DUARTE, 2006).

Baseando-se em suas próprias experiências, Friedan começou a questionar o ideal da "mulher americana" promovido pela sociedade. Ela investigou como essa concepção, muitas vezes idealizada, restringia as aspirações e o potencial das mulheres. Sua obra evidenciou como a visão patriarcal limitava as mulheres ao espaço privado, excluindo-as da vida pública e profissional, mesmo após as conquistas de direitos que permitiram uma participação mais ativa na sociedade, especialmente após a Segunda Guerra Mundial (DUARTE, 2006).

Friedan argumentava que a insatisfação de muitas mulheres com seus papéis tradicionais não era resultado de falhas pessoais, mas sim de uma estrutura social que valorizava a vida doméstica em detrimento de suas ambições individuais. Sua análise revelou que a "mística" da feminilidade, que glorificava o papel de dona de casa, servia, na verdade, para oprimir as mulheres, impondo um modelo que muitas não conseguiam ou não desejavam seguir.

Outra figura significativa no movimento feminista foi a americana Carol Hanisch, cuja contribuição se destacou nas décadas de 1960 e 1970, um período marcado por intensos movimentos sociais nos Estados Unidos.

Hanisch ganhou notoriedade ao popularizar a famosa frase "O pessoal é político", que se

tornou um lema poderoso para as mulheres em busca de reconhecimento e valorização de suas experiências. Essa declaração provocou profundas reflexões sobre a vivência feminina, desafiando a ideia de que as questões pessoais deveriam permanecer no âmbito privado. Em reuniões e encontros, mulheres começaram a compartilhar suas histórias, criando um espaço seguro onde puderam expor as diversas formas de opressão que enfrentavam, não apenas em esferas públicas, mas também dentro de seus próprios lares (SARDENBERG, 1994).

Ao enfatizar que a opressão não deveria ser vista como um problema privado, mas como uma questão de interesse público, Hanisch trouxe à tona a necessidade urgente de transformar as estruturas sociais e políticas. Essa perspectiva foi fundamental para conscientizar a sociedade de que as violências e desigualdades enfrentadas pelas mulheres em suas vidas pessoais eram, de fato, reflexos de sistemas mais amplos de opressão (SARDENBERG, 1994).

Através de sua atuação, Carol Hanisch ajudou a moldar uma nova narrativa feminista que unia as experiências pessoais às lutas sociais, destacando a importância de uma mudança estrutural para abordar as relações de violência que permeavam a vida das mulheres. Essa abordagem não apenas ampliou a compreensão do feminismo, mas também incentivou a mobilização coletiva em busca de igualdade e justiça, ressoando até os dias atuais na luta por direitos das mulheres em todo o mundo (SARDENBERG, 1994).

A terceira onda do feminismo emergiu na década de 1990, ampliando as discussões sobre a diversidade feminina e incorporando demandas específicas de diferentes grupos sociais. Essa nova fase trouxe à tona as vozes do movimento negro, das comunidades LGBTQIA+, do lesbianismo, da transexualidade e de outras identidades, enfatizando a importância de reconhecer e valorizar as experiências únicas de cada uma dessas comunidades (MIRANDA, 2015).

Em 1993, eventos como a Conferência de Direitos Humanos e, em 1994, a Conferência de População e Desenvolvimento, forneceram uma plataforma para o intercâmbio de informações entre ativistas e organizações globais. A partir da IV Conferência Mundial da Mulher, juntamente com as deliberações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e da Convenção Interamericana, questões essenciais, como a prevenção, punição e erradicação da violência contra as mulheres, foram colocadas em pauta (MIRANDA, 2015).

Esses eventos resultaram de intensas lutas e ações coletivas de mulheres que exigiam mudanças significativas nas estruturas sociais e legais. Como consequência, importantes alterações foram feitas no Código Penal, refletindo uma nova compreensão sobre a proteção dos direitos das

mulheres.

Essas conquistas não apenas renovaram a visão sobre a sexualidade, mas também promoveram a autonomia, a liberdade e a valorização das mulheres. Essa transformação foi fundamental para reduzir as desigualdades de gênero, reconhecendo que a luta pela equidade é tanto uma questão de justiça social quanto de direitos humanos. Assim, as conquistas da década de 1990 estabeleceram as bases para um feminismo mais inclusivo e plural, que continua a buscar justiça e igualdade em suas diversas manifestações até os dias atuais.

A partir de 2010, muitos estudiosos começam a considerar a emergência da quarta onda do feminismo. Embora ainda não haja um consenso nas análises mais tradicionais sobre a definição e a existência dessa nova fase, é inegável que ela está se consolidando, especialmente com a ascensão do ativismo virtual, também conhecido como ciberativismo. Essa onda se caracteriza pela diversidade de feminismos, integrando novas abordagens e conceitos, como a interseccionalidade, que destaca a relevância de compreender como diferentes formas de opressão se entrelaçam e se influenciam mutuamente (CASTRO, 2020).

Um dos aspectos mais significativos dessa nova onda é a atuação nos meios digitais. A importância das novas tecnologias como ferramentas de comunicação virtual não pode ser subestimada. O ciberativismo, frequentemente denominado ciberfeminismo quando relacionado ao movimento feminista online, revolucionou a forma como as questões de gênero são abordadas e debatidas (PEREZ; RICOLDI, 2019).

As plataformas digitais oferecem um espaço dinâmico e acessível onde as vozes feministas podem ser amplificadas, permitindo que questões relacionadas à desigualdade de gênero, violência contra as mulheres e direitos reprodutivos sejam discutidas em um alcance global. O uso de redes sociais, blogs e outras ferramentas online possibilita uma mobilização rápida e eficaz, onde ativistas podem se conectar, compartilhar informações e organizar ações coletivas em tempo real.

Além disso, o ciberfeminismo promove uma maior inclusão, permitindo que mulheres de diversas origens e experiências compartilhem suas histórias e lutas, contribuindo para uma narrativa mais abrangente e representativa. Essa interconexão digital não apenas fortalece as comunidades feministas, mas também desafia normas sociais e culturais, engajando uma nova geração de ativistas.

O segundo aspecto será a interseccionalidade, definida por Kimberle Crenshaw (2002, p. 177):

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências

estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.

A interseccionalidade é um conceito essencial para entender as múltiplas formas de opressão, especialmente no feminismo contemporâneo. Essa abordagem identifica como diferentes eixos de discriminação — como raça, gênero, classe social e orientação sexual — se cruzam, resultando em experiências únicas de opressão. Ao explorar essas intersecções, o feminismo pode abordar de forma mais eficaz a complexidade das vivências de mulheres de diversas origens (PEREZ; RICOLDI, 2019).

O foco da interseccionalidade é a busca por uma liberdade integral, que não se restringe a um único aspecto da opressão, mas busca erradicar todas as limitações à autonomia e dignidade das pessoas. Isso significa que a luta contra preconceitos e injustiças deve ser ampla, englobando questões de gênero, raciais, sociais e econômicas. O feminismo interseccional, assim, visa incluir a diversidade de experiências e promover a luta conjunta contra todas as formas de opressão (PEREZ; RICOLDI, 2019).

O terceiro aspecto dessa onda são as organizações fluídas, que consistem em coletivos femininos independentes de ações financiadas pelo Estado. Segundo Gretha Leite Maia (2013, p. 69), esses coletivos “podem agregar múltiplas demandas e, por meio de debates periódicos, definem quais pautas prioritárias, considerando a conjuntura política em constante análise.”

### **FEMINISMO PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO SABER: A (RE)INSERÇÃO DAS MULHERES NOS ESPAÇOS DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO**

O conceito de gênero, segundo Joan Scott (1988, p. 86), é entendido como “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e “uma forma primária de dar significado às relações de poder”. Essa definição evidencia que as construções de gênero estão ligadas às dinâmicas de poder nas sociedades.

As relações de gênero não refletem apenas aspectos biológicos, mas são construções sociais que perpetuam hierarquias, colocando os homens em posições privilegiadas e relegando as mulheres a níveis inferiores. Essa configuração resulta na exclusão das mulheres de recursos e privilégios, reforçando a desigualdade de gênero (SCOTT, 1988).

As hierarquias de gênero limitam as oportunidades das mulheres em áreas como mercado de

trabalho, educação e política, perpetuando estereótipos que definem o que se espera de cada gênero. Termos universais simplificam identidades e experiências, criando binários rígidos que marginalizam as mulheres a papéis de cuidado e reprodução, enquanto os homens dominam as esferas pública e produtiva. Esse cenário reforça a ideia de desigualdade entre os domínios público e privado. Nas organizações, a representação das mulheres muitas vezes é essencialista, fixando estereótipos com base em características biológicas e obscurecendo a diversidade de suas experiências. Essa abordagem desvaloriza trajetórias de mulheres de diferentes origens e legitima a desigualdade de gênero ao sugerir que os papéis são imutáveis e determinados biologicamente (SCOTT, 1988).

Em sociedades patriarcais, as mulheres são vistas como inadequadas para a esfera pública, consideradas dependentes e subordinadas ao ambiente familiar, o que ignora sua diversidade de experiências. As categorizações de gênero variam entre culturas, e é fundamental reconhecer a pluralidade das identidades femininas. As relações de gênero são moldadas por normas culturais, refletindo a complexidade das vivências das mulheres.

O feminismo se manifesta a partir de um movimento social, mas se trata de uma nova racionalidade baseada na investigação da opressão e da desigualdade social decorrentes do gênero sexual por meio da reflexão. Todos os ramos feministas compartilham o objetivo de promover a igualdade efetiva entre os seres humanos, tornando o feminismo uma ferramenta importante para entender a realidade social e intervir nela. Inicialmente, o feminismo concentrou seus esforços em questionar os padrões sexistas presentes nas teorias tradicionais, combatendo a masculinização na produção do conhecimento científico (HARDING, 2019).

Durante grande parte de sua história, a ciência foi empreendida por representantes do masculino, homens brancos, ocidentais, elitistas e coloniais. Conseqüentemente, os parâmetros utilizados para produzir uma ciência considerada legítima incorporam a visão de mundo daqueles que criaram essa ciência (LÖWY, 2009).

A trajetória das mulheres na ciência é moldada por uma cultura baseada no *modelo masculino de carreira*. Esse modelo de carreira foi criado levando em consideração as características dos homens, tornando a jornada das mulheres na ciência mais difícil de ser seguida, pois estes modelos acabam por restringir e direcionar a participação das mulheres na produção de conhecimento (VELHO, 2006).

Schiebinger (2001) discute o conceito de *teto de vidro*, a expressão é frequentemente utilizada como uma metáfora para ilustrar os obstáculos invisíveis que limitam e dificultam a

ascensão das mulheres na carreira profissional. Embora não existam barreiras formais que justifiquem o fato de as mulheres não conseguirem avançar profissionalmente na mesma proporção que os homens, ainda assim, elas enfrentam dificuldades decorrentes de uma série de fatores, muitas vezes sutis e enraizados nas estruturas sociais. Esses obstáculos são muitas vezes invisíveis e difíceis de serem identificados, daí a utilização da metáfora do *teto de vidro*. A partir da compreensão de que o patriarcado é a base da legitimidade do poder e da reprodução da dominação sobre as mulheres, permeando diversas formas de opressão presentes na sociedade, é possível perceber sua influência na invisibilidade das mulheres em campos acadêmicos, políticos e em outros espaços importantes para a discussão do feminismo.

A existência de barreiras que impedem o acesso a níveis de maior hierarquia e prestígio costuma prejudicar a construção da carreira das mulheres na ciência. Embora haja uma participação equitativa entre homens e mulheres na ciência em termos numéricos, a hierarquia acadêmica ainda é predominantemente ocupada por homens, independentemente da área de conhecimento. Isso significa que, mesmo que haja igualdade numérica de gênero na base da carreira científica, há uma disparidade no acesso aos cargos mais altos, o que compromete a igualdade de oportunidades para as mulheres (SCHIEBINGER, 2001).

Para Donna Haraway (1991), a sub-representação das mulheres na ciência é um problema que surge a partir de um processo histórico mais amplo, que apresenta uma distribuição assimétrica de poder, inferiorizando não somente as mulheres, mas também certas nacionalidades, etnias e classes sociais. Nesse sentido, a autora argumenta que há uma *informática da dominação* em jogo, na qual a produção científica é utilizada como uma ferramenta de controle, acessível apenas para as hierarquias superiores, no caso, aqueles que possuem o poder patriarcal.

Historicamente, a participação das mulheres na ciência foi escassa, principalmente devido ao fato de que o campo da produção de conhecimento era considerado exclusivo do sexo masculino. Quando tais participações ocorriam, eram invisibilizadas, e, na maioria das vezes, os homens reivindicavam para si os direitos intelectuais sobre a produção do conhecimento pelas mulheres.

Um exemplo dessa dinâmica foi a desconsideração da importante participação da pesquisadora Lise Meiter (1878-1968) que, em conjunto com Otto Hahn (1879-1968), onde Lise descobriu o processo de fusão nuclear. Tal descoberta foi reconhecida com uma premiação Nobel, contudo, apenas Otto a recebeu, e nem sequer citou a contribuição de Lise nas pesquisas (VAZ; BATISTA; ROCHA, 2020).

Apesar da ciência ser um campo de predomínio masculino, as mulheres, mesmo que invisibilizadas, mantiveram uma tímida participação nele e algumas foram, inclusive, mundialmente reconhecidas. É o caso, por exemplo, de Marie Curie, que, em 1903, tornou-se a primeira mulher ganhadora do Prêmio Nobel de Física e, em 1911, a ganhadora do Prêmio Nobel em Química, a partir de suas pesquisas relacionadas ao fenômeno da radiação láurea e à descoberta dos elementos químicos rádio e polônio. (VAZ; BATISTA; ROCHA, 2020).

Nos últimos anos, observa-se um aumento significativo na participação das mulheres em instituições de educação superior nos países da América Latina. Um recente estudo da Unesco mostrou um crescimento significativo das mulheres frente à produção de conhecimento nas décadas de 1970, 1980 e 1990.

Durante as décadas de 1980 e 1990, as mulheres brasileiras aumentaram sua participação no setor científico, acompanhando a tendência global de maior inclusão feminina nesse campo. Apesar disso, é evidente que a entrada crescente das mulheres nas instituições de ensino superior indica um maior envolvimento feminino no sistema de ciência e tecnologia (MCGREGOR; HARDING, 1996).

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU, 2020) a América Latina, o Caribe e a Ásia Central são as únicas regiões no mundo que atingiram a paridade na proporção de investigadores do sexo feminino para o masculino, considerando todas as áreas de pesquisa.

Para chegar à paridade, é preciso que entre 45% e 55% dos investigadores sejam mulheres. De acordo com levantamentos, as mulheres são a maioria (58%) entre os bolsistas Capes, assim como entre os estudantes de mestrado (57%) e doutorado (54%). Porém, deixam de ser o maior número como coordenadoras de grupos de pesquisa (38%) (ONU, 2020).

É interessante perceber que o aumento da participação das mulheres no espaço público da produção do conhecimento ocorre concomitantemente à sistematização e organização do Movimento Feminista. Segundo os dados elencados, percebe-se um significativo aumento da representatividade feminina na ciência a partir da década de 1970. Foi também a partir de 1970 que o Movimento Feminista foi organizado e articulado para reivindicar, publicamente, os direitos das mulheres à participação no espaço público, inclusive na participação da produção de conhecimento (SILVA, 2019).

Atualmente, no âmbito da política nacional de educação brasileira, é possível perceber algumas iniciativas de incentivo à participação das mulheres na ciência, principalmente, por meio

de projetos e programas institucionais de participação feminina em pesquisas. Também são fomentadas pesquisas vinculadas com os direitos das mulheres e o seu reconhecimento na esfera pública, o que contribui significativamente para a (re)construção de uma narrativa histórica acerca de sua participação no espaço público. Contudo, ainda se percebe que a participação das mulheres é singela no espaço de produção do conhecimento (VAZ; BATISTA; ROCHA, 2020).

Leva-se em consideração que, no Brasil, a falta de mulheres nas principais posições científicas seja o resultado de uma questão mais profunda no país, causada pelos mesmos fatores que explicam por que os salários das mulheres são mais baixos ou porque há poucas mulheres em conselhos de empresas, ou mesmo em posições governamentais de alto nível. Devido à cultura patriarcal, as mulheres ainda não são reconhecidas como capazes e competentes pelos responsáveis pela seleção dos candidatos que têm acesso a esses cargos. Ainda são, portanto, invisíveis frente a produção de conhecimento.

É neste sentido que Ivone Gebara (2017) reconhece a necessidade da formulação de uma Filosofia Feminista, no sentido de garantir a construção de uma nova racionalidade a partir da participação das mulheres no campo da produção do conhecimento. Para a autora, o fato de os homens, historicamente, ocuparem o espaço do saber implica que apenas uma forma de racionalidade se instaurou no ocidente, pautada na dominação, na desigualdade e na violência. Permitir a participação das mulheres na produção do conhecimento é garantir a democratização do saber, no sentido de que novas racionalidades emergem, que, conseqüentemente, indicam novas formas de firmar relações entre os seres humanos e entre os seres humanos e o ambiente.

Contudo, Audre Lorde (1983) argumenta que as mulheres foram condicionadas a ignorar suas diferenças, encaixando-se em categorias que não representam suas realidades. Essa homogeneização restringiu o movimento feminista a um grupo limitado, frequentemente desconsiderando as vivências das que não se enquadram no perfil de mulheres brancas de classe média alta. Angela Davis (2016) ressalta que o movimento feminista surgiu como uma voz para as reivindicações de mulheres brancas, enquanto as mulheres negras continuaram invisíveis. A solidariedade entre esses grupos é vital para reconhecer as particularidades de cada um (COLLINS, 2019).

É crucial reconhecer que as mulheres brancas desfrutam de privilégios associados à branquitude, o que sustenta a supremacia branca e resulta na desumanização de homens e mulheres negros. Muitas vezes, as mulheres brancas lideram o feminismo hegemônico, excluindo aquelas que

não se alinham ao ideal de feminilidade associado à branquitude. Essa dinâmica reforça estruturas patriarcais e estabelece obstáculos que dificultam o avanço das mulheres negras, que frequentemente permanecem em posições subordinadas.

Agrupar todas as mulheres em uma única categoria é excludente, pois o ideal de mulher imposto geralmente se aplica a mulheres brancas de classes privilegiadas. As mulheres negras, que não se encaixam no estereótipo de fragilidade, sempre contribuíram para a sociedade, embora essa contribuição muitas vezes não seja reconhecida (CARNEIRO, 2003).

Embora o movimento feminista busque igualdade, muitas vezes ignora as opressões específicas enfrentadas pelas mulheres negras. Essa falta de reconhecimento é evidente nas interações entre mulheres brancas e as trabalhadoras domésticas negras que cuidam de suas casas, mas não são reconhecidas como parte da luta por igualdade.

Scott (1988) esclarece que a dicotomia entre igualdade e diferença é problemática. A busca por igualdade pressupõe a existência de diferenças; sem elas, a igualdade não faz sentido. A visão binária naturaliza desigualdades sociais. Lorde complementa essa perspectiva ao afirmar que as diferenças devem ser forças de transformação, não apenas toleradas.

A categorização das mulheres reflete as condições raciais e sociais específicas em que cada grupo está inserido. As vivências variam de acordo com raça, classe, sexualidade e outras formas de opressão. Políticas de desenvolvimento propostas por feministas brancas, que se vêem como representantes legítimas de todos os interesses femininos, muitas vezes falham em atender às necessidades de todas as mulheres (MOHANTY, 1984).

Tentativas de criar categorias universais a partir de comparações tendem a ser reducionistas, resultando na colonização das particularidades das experiências de diferentes grupos. Políticas públicas que partem de uma visão homogênea se mostram inadequadas. A eficácia das ações políticas depende do reconhecimento das contradições nas posições das mulheres nas diversas estruturas sociais (MOHANTY, 1984, p. 346).

Em resposta à exclusão promovida pelo feminismo branco, emergiu o feminismo negro como uma voz subversiva que busca dar visibilidade às reivindicações das mulheres negras. Patricia Hill Collins (2019) argumenta que o objetivo do feminismo negro é resistir à opressão que essas mulheres enfrentam, englobando práticas discriminatórias e as ideias que as sustentam. O feminismo negro critica injustiças sociais resultantes da interseccionalidade das opressões, respeitando as diferenças de classe, sexualidade, religião e região.

As mulheres negras, apesar de compartilharem algumas opressões, são diversas, e não existe um modelo único de mulher negra. Collins (2019, p. 73) ressalta que uma visão essencialista suprime as diferenças em nome de uma suposta unidade. O que une as mulheres negras é um legado de luta contra a violência enraizada nas estruturas sociais (COLLINS, 2019, p. 69).

Collins (2019) destaca seis características do pensamento feminista negro: 1) as mulheres negras são um grupo oprimido que necessita de representação; 2) surgem tensões nas experiências e ideias do movimento devido à interseccionalidade; 3) as experiências diversas informam seus pontos de vista, estimulando debates; 4) as contribuições das intelectuais negras são fundamentais, independentemente de sua presença na academia; 5) o feminismo negro é dinâmico e se adapta a novas formas de opressão; 6) busca alianças com outras lutas por justiça social.

Lélia Gonzalez (1991, p. 9) destaca que no movimento feminista existe um estereótipo negativo da mulher negra, dificultando o diálogo. É crucial que o movimento feminista veja as mulheres negras como parte de um coletivo político, compreendendo suas experiências por múltiplas perspectivas, não apenas a de gênero.

A ideia de “enegrecer o feminismo”, defendida por Sueli Carneiro (2003), é essencial para uma emancipação que beneficie todas as mulheres. A branquitude, como um sistema político, privilegia certos sujeitos, enquanto o racismo estrutural restringe a mobilidade social dos não brancos.

Portanto, é urgente amplificar as vozes de mulheres negras e pobres no movimento feminista, garantindo que suas demandas sejam visibilizadas. A busca por igualdade deve ser inclusiva e considerar as necessidades de todos os grupos. Almeida (2018, p. 37) afirma que, em uma sociedade onde o racismo permeia a vida cotidiana, as instituições que não abordam ativamente a desigualdade racial reproduzem práticas racistas.

A invisibilidade das intelectuais negras na academia brasileira é um problema profundo, refletindo fatores que vão além da sub-representação. Mulheres negras são uma minoria significativa nas universidades, e suas contribuições frequentemente não são reconhecidas. Essa marginalização também se estende à literatura, onde as escritoras negras foram historicamente silenciadas.

Palmeira (2010) menciona a "negação da legitimidade cultural da mulher como sujeito do discurso", evidenciando uma exclusão persistente que deve ser combatida. Até a década de 1970, as produções literárias apresentavam as mulheres em contextos de dependência, refletindo uma estrutura patriarcal que negava direitos políticos e representação.

A interseccionalidade é fundamental, pois as desigualdades de gênero, quando entrelaçadas

com questões raciais, acentuam as vulnerabilidades das mulheres negras. Assim, as discussões sobre gênero na academia devem incluir questões raciais, reconhecendo que as vivências das mulheres negras são moldadas por um conjunto complexo de opressões.

Reconhecer as produções intelectuais de mulheres negras e reinventar narrativas que representem suas experiências são passos cruciais para combater a invisibilidade. A literatura que busca reescrever as imagens sobre mulheres negras enriquece o debate sobre inclusão e diversidade. A inclusão de vozes diversas é essencial para construir um conhecimento representativo das experiências na sociedade brasileira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento feminista desempenha um papel crucial não apenas na conquista de direitos sociais, como o direito ao voto, leis específicas e políticas públicas, mas também na garantia da participação das mulheres na produção de conhecimento. Através da construção de conhecimento baseada na teoria feminista, busca-se dar voz à história das mulheres, a fim de compreender as origens de crenças, valores e práticas opressivas, desclassificadoras e estigmatizantes.

Esses estudos, críticas e construções teóricas propõem investigar o papel do gênero na produção de conhecimento, reconhecendo que há um viés de preconceito contra a produção feminina, que é frequentemente minimizada nas diversas áreas do conhecimento, resultando no esquecimento e apagamento das experiências das mulheres, assim como das questões relacionadas às relações de gênero. Isso significa, portanto, que a feminista, a partir de suas mobilizações e reivindicações, criou espaços e incentivou as mulheres a participar da produção do conhecimento, o que representa uma democratização do saber a partir da garantia da participação de diferentes pessoas no ambiente público do saber.

## REFERÊNCIAS

BAIGENT, Michael; LEIGH, Richard. **The Inquisition**. Rio de Janeiro: Imago, 2001. 348 p.

CAMPOI, Isabela Candeloro. O livro "Direitos das mulheres e injustiça dos homens" de Nísia Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX. **História**, Franca, v. 30, n. 2, p. 196- 213, dez. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-90742011000200010>.

CASTRO, Priscila Rodrigues de. **As lutas feministas e sua articulação pelas mídias digitais: percepções críticas**. **Rev. Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 459-469, set.-dez. 2020. DOI:

<https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p459>.

CERVI, Taciana Marconatto Damo; MARTINS, Janete Rosa (Org.). **Direito, multiculturalismo e sustentabilidade** [recurso eletrônico]. Santo Ângelo: EdiURI, 2022. 232 p.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 12 out. 2024.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. **Estud. av.**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 151-172, set./dez. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300010>.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Betty Friedan: morre a feminista que estremeceu a América. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 14, n.1, p. 287-293, jan./abr. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2006000100015>.

HAHN, N. B.; CERVI, J. R.; DAMO CERVI, T. Em Defesa da Vida: Um Olhar Integrando Hannah Arendt, Ecologia Integral E Cultura Bíblico-Hebraica. **Novos Estudos Jurídicos**, Itajaí- (SC), v. 25, n. 2, p. 417-430, 2020. DOI: 10.14210/nej.v25n2.p417-430.

EISLER, Riane. **O cálice e a espada: nosso passado, nosso futuro**. São Paulo: Palas Athena, 2007.

FREDERICI, Silvia. **Caliba e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2019.

GEBARA, Ivone. **Filosofia Feminista: uma brevíssima introdução**. São Paulo: Edições Terceira Via, 2017.

HARAWAY, D. A cyborg manifesto: science, technology, and socialist-feminism in the late twentieth century. In: **Simians, Cyborgs, and Women: The Reinvention of Nature**, New York: Routledge, 1991. p. 149-82.

LÖWY, I. Ciências e gênero. In: HIRATA, H. et al. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 40-44.

McGREGOT, E. e HARDING, S. “**Science By Whom?**” Em *The Gender Dimension of Science And Technology*. Unesco, World Science Report. 1996.

MILLETT, Kate. **Sexual Politics**. 3. ed. Nova Iorque: Doubleday & Company, 2017.

MIRANDA, Cynthia Mara. Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil e no Canadá. *Interfaces Brasil/Canadá: Revista Brasileira de Estudos Canadenses*, Canoas, v. 15, n. 1, p. 347-385, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/interfaces/article/view/6721>. Acesso em: 12 out. 2024.

PEREZ, Olívia Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez. A quarta onda feminista: interseccional, digital e coletiva. In: Congresso Latino-americano de Ciência Política (ALACIP), 10, Monterrey, Nuevo León, México, 2019. **Anais [...]**. s. 1.: ALACIP; Asociación Mexicana de Ciencias Políticas A.C. (AMECIP); Tecnológico de Monterrey, 2019. Disponível em: <https://alacip.org/cong19/25-perez-19.pdf>. Acesso em: 12 de out. de 2024.

RUSSELL, Jeffrey B.; ALEXANDER, Brooks. **História da Bruxaria: feiticeiras, hereges e pagãs**. 2. ed. São Paulo: Goya, 2019.

SAFFIOTTI, H. **Gênero, Patriarcado e Violência**. 2 ed. Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SARDENBERG, C. COSTA, A.A. Feminismo, Feministas e Movimentos Sociais. In: BINGHEMER, M.C.; BRANDÃO, M. (Org.). **Mulher e Relações de Gênero**. São Paulo: Loyola, 1994. p. 81-114.

SCHIEBINGER, L. **O feminismo mudou a ciência?** São Paulo: EDUSC, 2001.

SILVA, Jacilene Maria. **Feminismo na atualidade: a formação da quarta onda**. Recife: Publicação Independente, 2019.

SIQUEIRA, Carolina Bastos de; BUSSINGUER, Elda Coelho de Azevedo. As ondas do feminismo e seu impacto no mercado de trabalho da mulher. **Revista Thesis Juris-RTJ**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 145-166, jan.-jun. 2020. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/viewFile/380/285>. Acesso em: 11 de out. de 2024.

SOUZA, A. M. F. L. **As armas de marte no espelho de vênus: a marca de gênero em Ciências Biológicas**. 2003. 216 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

VAZ, M. A.; BATISTA, C. R. G.; ROTTA, J. C. G. Participação feminina nas ciências: contexto histórico e perspectivas atuais. **Revista Hipótese**, Bauru, v. 7, p. e021007, 2021. DOI: 10.47519/eiaerh.v7.2021.ID49.

VELHO, L. Prefácio. In: SANTOS, L. W.; ICHIKAWA, E. Y.; CARGANO, D. F. (Org.). **Ciência, tecnologia e gênero: desvelando o feminino na construção do conhecimento**. Londrina: IAPAR, 2006. p. xiii-xviii.